Tese do *Sindpefaetec Para Lutar* para o VII Congresso do Sindpefaetec - 26 e 27/09/2014 — Quintino

Balanço de conjuntura

A grave crise econômica mundial de 2008 ainda se mantém e com efeitos perversos contra os trabalhadores de todo o mundo, sobretudo na manutenção das políticas de ataque aos seus direitos por parte do capital e seus governos.

A classe trabalhadora segue reagindo e é fundamental e necessário que as direções sindicais continuem reafirmando a sua disposição para a luta e o combate sem trégua ao capital, do contrário será mantida a caminhada em passos largos em direção à barbárie instalada pelo sistema de produção baseado na exploração do homem pelo homem.

Em âmbito nacional, as jornadas de junho de 2013 levaram às ruas milhões de pessoas com demandas e bandeiras de luta diversificadas. Contudo, o governo Dilma manteve os compromissos assumidos pelos dois mandatos de Lula (2003-2010) com o grande capital, sobretudo o setor financeiro, com as imensas e escandalosas taxas de lucro auferidas pelos bancos.

O orçamento da União continua mantendo os recursos para educação, saúde e habitação em segundo plano, já que a maior fatia segue sendo destinada para o pagamento dos juros da dívida através da política de superávit primário.

Nos anos de 2012 e 2013 a rede federal de educação básica e superior realizou importantes greves por reajuste salarial, plano de carreira, concurso público e melhores condições de trabalho. A resposta do governo segue reafirmando o seu compromisso com o desmonte do serviço público de qualidade e com os interesses do setor privado de educação.

A recente aprovação no Congresso Nacional do Plano Nacional de Educação destinando 10% do PIB para a educação não contemplou plenamente a luta dos movimentos sociais (10% do PIB para a educação pública já!), pois além dessa meta ser atingida somente em 2024, os recursos incluíram o setor privado, beneficiando, sobretudo, o Sistema S (Senai, Senac, Senat e Sesc) e as faculdades privadas.

Na educação profissional, o governo Dilma segue implementando o PRONATEC, privilegiando o setor privado, especialmente o Sistema S, sustentado pela estrutura sindical empresarial.

Para a realização da Copa do Mundo de Futebol da FIFA em junho/julho de 2014, o governo Dilma reafirmou seu compromisso com essa entidade corrupta internacional, com as empreiteiras e com as políticas de remoção e de criminalização dos movimentos sociais.

No plano estadual, o governo Sergio Cabral/Pezão ficou marcado pelas políticas de fechamento de escolas e intensificação da meritocracia. Os profissionais de educação construíram importantes greves nos anos de 2013 e 2014, denunciando as nefastas conseqüências destas políticas e reivindicando melhorias salariais, planos de carreira e melhores condições de trabalho. A prova incontestável sobre o fracasso da educação pública estadual empreendida pela SEEDUC, que tem um economista neoliberal à frente, é o dado concreto do número de exonerações e abandono da rede em agosto de 2014: apenas neste mês 500 docentes deixaram a rede. Ao longo dos últimos anos, as

exonerações de dezenas de docentes por mês têm sido uma constante, mas em agosto exorbitaram. É o fracasso incontornável das políticas meritocráticas de Cabra\Pezão.

Na FAETEC o governo estadual manteve as políticas de expansão desenfreada de CVTs e de contratos temporários. Na prática, o governo tem transformado a Fundação de Apoio à Escola Técnica em Fundação de Apoio aos CVTs. Não nos espantaria se o governo quisesse mudar o nome de FAETEC para FACVT!

As indicações políticas seguem de vento em popa, especialmente no interior do estado, mas também nos Ceteps e CVTs na capital. O número de servidores efetivos cresceu em virtude das convocações oriundas do último concurso público realizado em 2010, mas o número de contratos temporários segue muitíssimo alto. Os reajustes salariais não repuseram as perdas inflacionárias, que tiveram que ser recuperadas parcialmente através da luta do novo Plano de Cargos e Salários (PCS).

Em 2013 os servidores da FAETEC realizaram a maior greve de sua história (22/5 a 13/6 e 12/8 a 24/10), tendo o PCS como principal bandeira de luta. Apesar das drásticas modificações realizadas pela presidência da FAETEC e pelo governo estadual, que adulteraram boa parte da proposta de PCS que a categoria construiu, avaliamos que os avanços que obtivemos foram garantidos pelo esforço e pela luta de todos os grevistas, que enfrentaram a política privatista, irresponsável e a repressão da FAETEC e do governo Cabral.

Após as greves, em um processo de "negociação" sem a participação da categoria e até dos setores mais combativos da direção, a portas fechadas, com os representantes do governo Cabral, os servidores da FAETEC foram submetidos a uma série de derrotas e retrocessos que: rebaixaram os índices de reajuste de 32% no piso para percentuais muito menores na progressão da carreira; destruíram (essa é a palavra) a carreira dos servidores administrativos; não estabeleceram política de fato para os docentes do Ensino Superior; não apresentaram respostas para pontos importantes da pauta, como eleições para as unidades novas da FAETEC, conselho superior e presidência da fundação; não enfrentaram a MERITOCRACIA no texto do PCS (pelo contrário, neste ponto a ala majoritária do sindicato fazia coro com o governo), que, como sabemos, pode ser extremamente danosa para os trabalhadores da FAETEC.

Surgido das lutas internas na direção durante as referidas greves, o SINDPEFAETEC PARA LUTAR (SPL), conjunto de diretores do SINDPEFAETEC que formam um campo de pensamento classista dentro da direção do sindicato, entende que apenas a organização e a luta conduzem os trabalhadores às conquistas reais. Precisamos, todos os servidores da fundação, de união, organização e luta para recuperarmos este sindicato, que já foi combativo instrumento de luta e hoje encontra-se burocratizado, autocrático e dócil diante de governos e patrões. O melhor exemplo disso é que tivemos apenas 2 (duas!) assembleias gerais até o momento deste Congresso (setembro de 2014).

Infelizmente, como temos denunciado em visitas às unidades, engolimos o terceiro ano consecutivo de perdas salariais, com ausência de campanha salarial em 2014. Mesmo aqueles servidores que atingiram o reajuste de 32% (minoria absoluta) através do PCS, começaram a receber seus vencimentos com perdas acumuladas de 13%. Ao invés de discutirmos nosso índice de perdas inflacionárias em uma assembléia, a Ala Majoritária do sindicato, com seu discurso dúbio e suas decisões que ignoram as demandas da categoria, apresentou um índice rebaixado aos deputados da base governista e disse para este governo (acreditem vocês) que tivemos muitas "vitórias e avanços" no PCS. Por isso, escutávamos dos próprios deputados que já havíamos sido contemplados pelo Plano, como se nossas demandas tivessem sido "zeradas". Além de a Ala Majoritária brecar durante todo o primeiro semestre de 2014 a Campanha Salarial da categoria e insistir mais uma

vez numa estratégia de negociação que rebaixou nossas demandas, não incluiu a categoria como sujeito do processo e buscou um discurso de conciliação com este Governo. O SPL afirma que os "companheiros" da Ala Majoritária são responsáveis por mais esta derrota dos servidores da FAETEC. É por isso que precisamos urgentemente de união e organização para recuperar a capacidade de luta desta categoria, que em outros tempos, também contra governos duríssimos, foi responsável por muitas vitórias. Precisamos, neste Congresso, buscar meios de devolver este instrumento de luta aos trabalhadores da rede.

Após a avaliação política que o SPL realizou acima, apresentamos a este Congresso nossa primeira proposta.

Considerando que:

- Um coordenador-geral do SINDPEFAETEC está ferindo o item 4 do artigo 59° do Estatuto do SINDPEFAETEC, ao ocupar um cargo de confiança membro do Conselho Consultivo da FAETEC indicado pela FAETEC.
- Um coordenador-geral e quatro diretores do SINDPEFAETEC estão sofrendo perseguição política da ala majoritária do sindicato, sendo considerados e tratados como ex-diretores, não tendo mais acesso ao site e aos recursos financeiros do sindicato, além de terem sido citados nominalmente e duramente criticados em publicação oficial do SINDPEFAETEC;
- Uma diretora do SINDPEFAETEC deixou o quadro permanente de servidores da FAETEC e não foi substituída até o momento;
- A atual direção colegiada do SINDPEFAETEC não possui mais condições políticas de permanecer à frente da gestão.

Propomos a este Congresso, com base no item 5 do artigo 10°:

- A DISSOLUÇÃO DA ATUAL DIRETORIA COLEGIADA DO SINDPEFAETEC E A ANTECIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES.

Plano de Lutas

Apresentamos o seguinte **Plano de lutas** para os próximos anos:

- Promoção de Campanha Salarial com índice unificado, fixado pela categoria em seus fóruns decisórios, buscando reposição salarial desde maio de 2012, não contemplada pelo novo PCS.
- Luta pela alteração do PCS no que tange às demandas dos servidores administrativos (equiparação entre inspetores I e II, dos profissionais do segmento pedagógico supervisores, orientadores educacionais e inspetores escolares com os docentes). Em relação à formação e valorização dos profissionais de educação o PEE assegura o desenvolvimento do segmento técnico—administrativo da rede pública de ensino e o novo PCS vai contra o PPE, pois retirou todo o direito destes servidores progredirem por titulação, ou seja, eles não serão valorizados se continuarem seus estudos.

- Implementação da Dedicação Exclusiva (DE) de acordo com a proposta construída pela categoria.
- Continuação da luta pela chamada de todos os aprovados no concurso público de 2010 e pela realização de um novo concurso público;
- Luta pela data-base para os servidores estaduais em 1º de maio;
- Carga horária de 30 horas para os servidores administrativos;
- Licença integral para estudos e concessão de licença prêmio quando solicitada pelo servidor;
- Pagamentos dos descontos e abono funcional das greves de 2003 e 2006;
- Revisão do Estatuto da FAETEC, editado por decreto do governador (nº. 42327 de 03/03/2010), principalmente a composição do corpo dirigente da instituição, pois todos são nomeados pelo governador. O Plano Estadual de Educação (PEE) enfatiza o processo eleitoral como decisivo mecanismo de gestão escolar e assegura que todos os diretores possuam formação específica na área de gestão da educação. Acreditando que a Faetec pode alcançar uma maior autonomia administrativa e acadêmica através do processo eleitoral com participação da comunidade escolar em busca de uma política educacional sólida, temos que empreender uma luta pelas eleições diretas em todos os cargos de direção, inclusive para a presidência da FAETEC.
- Liberação do ato de investidura dos concursados de 2002, 2204 e 2010.
- Pagamento da gratificação por periculosidade e insalubridade aos profissionais da rede.
- Aumento do Adicional de Qualificação, pois a gratificação de R\$ 125,00 está completamente defasada.
- Pagamento do FUNDEB aos servidores da FAETEC.
- Democratização e desburocratização do Orçamento da FAETEC;
- Ampliação das escolas técnicas;
- O PRONATEC, programa do governo federal que tem privilegiado o Sistema S com fartos recursos públicos, está em fase de implantação em três escolas técnicas da rede, com edital lançado e cursos que tiveram início neste mês de setembro. Os profissionais da FAETEC necessitam de uma escola com infra-estrutura física e pedagógica adequadas para um melhor processo ensino-aprendizagem. Como exemplo da atual precariedade, os técnicos de enfermagem nem luva para procedimentos possuem. Serão mais alunos e profissionais usando os laboratórios, as dependências da escola, material escolar etc. Quem vai gerenciar esses novos alunos, funcionários e professores (suas matrículas, demandas etc)?
- 10% do PIB exclusivamente para a educação pública Já!

Reforma do estatuto do SINDPEFAETEC

- Manutenção da filiação do SINDPEFAETEC à CSP-Conlutas, por entendermos que esta central sindical continua cumprindo seu papel de organização da classe trabalhadora e de combate aos governos e aos patrões.

- Paridade

A paridade serviu, no início da articulação da associação que unificou nossa categoria, para assegurar em definitivo a participação de docentes e administrativos na direção colegiada e impedir, numa categoria que reúne os dois segmentos, que uma parcela desta mesma categoria ficasse sem a representação devida. Entretanto, passados vários mandatos, ela virou uma "camisa de força" cerceando a livre expressão da categoria, muitas vezes dificultando a formação de chapas para eleição com variada composição e obrigando, mesmo as chapas vencedoras, a incluir em seus quadros, servidores filiados que não participam politicamente da construção efetiva das lutas da categoria.

Para corrigir esta distorção, hoje uma impostura, **estamos propondo ao Congresso** a flexibilização da paridade, estabelecendo um mínimo de 30% para composição da chapa em qualquer segmento, seja docente ou administrativo, já na próxima eleição do SINDPEFAETEC.

- Proporcionalidade

A categoria unificada dos servidores da FAETEC fez as duas experiências: começamos com a diretoria colegiada formada por critérios proporcionais, o que permitiu, por vários mandatos, uma formação plural e democrática da categoria, na qual várias parcelas e correntes de pensamento orgânicas, isto é, próprias à categoria mesma, estiveram representadas na proporção correta de sua incidência na base; mais recentemente, temos feito a experiência da *majoritariedade*, que tem deixado de fora da representação colegiada a diversidade de linhas de pensamento e atuação e, consequentemente, privilegiado a desconsideração das minorias, prática perversa e autoritária, que imprime, algumas vezes, cunho personalista a uma entidade criada por todos os servidores para sua melhor representação. A *majoritariedade* concentrou poder e adulterou a relação democrática entre as diversas linhas de pensamento e atuação classista orgânicas em nossa base. Por isso, sem mais, defendemos o retorno da *proporcionalidade* em nosso estatuto para a formação da diretoria colegiada, incluindo o Conselho Fiscal, já na próxima gestão do SINDPEFAETEC.

- Limites de mandato para a direção do SINDPEFAETEC.

Os movimentos que iniciaram as grandes manifestações em junho do ano passado em todo Brasil, além de colocar a população nas ruas exigindo melhorias em educação, saúde e mobilidade urbana, entre outras, traz também um imperativo contundente, qual seja: a renovação dos quadros dirigentes das entidades sindicais em todos os níveis. No caso particular de nossa categoria, a condução da última greve, com todos os problemas daí decorrentes, deixou profundas feridas, a começar a idéia amplamente difundida de

divisão da categoria em mais representações sindicais (uma para docentes, outra para administrativos). No contexto da última greve foi bastante evidente a dissonância entre o que a categoria pensava e até aprovava em assembléia e os rumos que o sindicato dava ao movimento. Nesse sentido, o *SPL*, atento aos novos anseios da nossa categoria, que exige uma oxigenação também em nosso sindicato, apresenta a seguinte proposta:

Já na próxima eleição para a direção do SINDPEFAETEC não será permitido mais do que dois mandatos consecutivos, sendo que na atual diretoria, somente os diretores que estejam em seu primeiro mandato poderão participar do próximo pleito. Após o cumprimento do intervalo de um mandato, será permitida nova candidatura.

Isso se faz necessário por permitir a salutar renovação de nossos quadros dirigentes, tendo em vista a real necessidade de retorno à base, pois sem esse mecanismo nossos dirigentes se tornam naturalmente burocratas de oficio.

- Representação de contratados pelo SINDPEFAETEC.

Levando em consideração as precárias condições de trabalho geradas pelo regime funcional assentado na contratação por tempo determinado, por extensão, o débil regime de garantias e de benefícios à disposição desse conjunto de funcionários que atuam na Faetec, o *SPL* apresenta a seguinte proposta: **A possibilidade de filiação ao SINDPEFAETEC pelo/a funcionário/a contratado/a por tempo determinado**.

Observando, no entanto, o preceito político e administrativo da prioridade da admissão de funcionários por concurso público, um preceito que orienta os signatários desta tese, sabemos, porém, que o contrato se faz necessário em diversas situações como, por exemplo, licença maternidade, de saúde e para estudos etc.

- · A fim de ingressar ao sindicato são necessários os seguintes critérios para a abertura ao direito de filiação ao funcionário contratado:
- ter direito à voz, mas não a voto, em diferentes circunstâncias e eventos promovidos pelo SINDPEFAETEC, de modo a dar a sua contribuição político-sindical em caráter crítico e propositivo. Essa limitação se faz necessário devido à pressão política que os contratados sofrem do governo, representado pela direção da FAETEC. Como também a transitoriedade do contrato se limitando ao máximo de cinco anos.
- ter direito ao acesso aos serviços oferecidos pelas empresas conveniadas ao SINDPEFAETEC;
- ter direito à assistência jurídica oferecida pelo SINDPEFAETEC para questões pertinentes ao seu exercício funcional.

Os profissionais conhecidos como "contratados" consistem em trabalhadores sujeitos a uma relação e a uma condição de trabalho precarizada. Necessário se faz, portanto, que o sindicato dê uma assistência jurídica, política e social, indiretamente, por intermédio dos convênios firmados, também médica e odontológica.

A tese é justificada do modo que segue:

- 1. A representação sindical dos "contratados" baseia-se em um imperativo ético, pois este segmento dos trabalhadores da FAETEC também desempenha suas atividades profissionais na instituição, oferecendo a sua cota de contribuição para o ensino e a manutenção das funções educacionais da instituição. A exclusão deste segmento laborativo do foco representativo do sindicato tende a consistir, então, em uma reprodução da desigualdade imperante no seio dos trabalhadores da FAETEC.
- 2. A representação sindical dos "contratados" baseia-se, adicionalmente, em uma exigência de ordem política e prática. Na campanha salarial desenrolada nos últimos anos,

não raro os profissionais "contratados" demonstravam interesse em um envolvimento e em uma participação mais decisiva – isto é, aderir às paralisações e à greve –, encontrando-se, no entanto, forçados a manterem suas atividades, em função da desproteção jurídica e sindical em que se encontram. A falta de cobertura sindical, nesse sentido, tende a fragilizar todo e qualquer movimento de maior envergadura em que se encontra envolvido o SINDPEFAETEC.

3. Negar a representação sindical aos "contratados" é defender a política de contratos temporários, já que o salário dos contratos é 50% menor do que é pago ao concursado no atual PCS. Ou seja, é mais "econômico" para o Estado contratar. Sendo assim mais interessante manter essa quantidade imensa de contratos temporários, o que dificulta ainda mais a convocação de concurso público.

- Criação da Secretaria de Aposentados do SINDPEFAETEC.

Temos a necessidade de compor no estatuto do Sindicato uma secretaria que defenda os interesses e direitos dos aposentados. O SINDPEFAETEC precisa integrá-los numa política social/sindical e prestar uma formação contínua de cidadania, atuante dentro da conjuntura econômica e educacional do estado do Rio de Janeiro, pois os aposentados do setor público são meros sobreviventes por parte dos governantes, onde estes acreditam que o cidadão que trabalhou não serve mais ao capital, descartando-o de direitos nas lutas por carreira e por salário.

Além de contar com diretores da ativa propomos também a inclusão de dois servidores já aposentados, sendo que esses últimos não serão obrigatórios na formação da chapa. Achamos que essa nova secretaria deve contar com a experiência de colegas já aposentados.

O *SPL* defende a paridade e a isonomia entre os ativos e os aposentados e acredita que podemos construir a mobilização para não continuar a perder nossos direitos duramente conquistados ao longo da história!

Seguem abaixo algumas sugestões de competências para a nova secretaria:

Secretaria de Aposentados

Compete à secretaria de aposentados:

- 1- Acompanhar a política de assuntos de aposentadoria e as mudanças na Seguridade Social
- 2- Coordenar grupo de trabalho em Seguridade Social.
- 3- Promover a interação entre os servidores aposentados e os na ativa.
- 4- Orientar os aposentados em assuntos de seu interesse junto à instituição.
- 5- Promover atividades culturais e desportivas, como também cursos de interesse geral.

ASSINAM ESSA TESE:

- 1- Marcelo Costa da Silva
- 2- Gustavo Ferreira Laurindo dos Santos
- 3- Nilton Silva de Jesus
- 4- Alessandra Abelha de Almeida
- 5- Erika Carvalho Barros